

JORNAL O Poder popular

EDIÇÃO 97

SETEMBRO 2025

ANO 10

Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.

REFORMA ADMINISTRATIVA:

A DESTRUIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS DIREITOS

DA CLASSE TRABALHADORA



Contra as agressões e chantagens dos EUA!

Editorial

 pcb.org.br
pcb@pcb.org.br

Acesse o conteúdo através do seu dispositivo móvel



EDITORIAL

Contra as agressões e chantagens dos EUA! Abaixo o imperialismo!

O governo Trump, expressão de setor majoritário das classes dominantes dos EUA, foi alçado ao poder com a missão de enfrentar três tarefas estratégicas: reestruturar a ordem econômica internacional diante da emergência da China, dos BRICs e militarmente da Rússia; reverter o declínio do poderio econômico imperialista estadunidense e reindustrializar o país, buscando recuperar sua antiga supremacia econômica conquistada no pós Segunda Guerra Mundial.

Para alcançar esses objetivos, Trump vem promovendo uma política truculenta, que combina ameaças, chantagens e intimidações. Os exemplos recentes são: envio de tropas e submarinos ao Caribe, ameaças diretas à Venezuela, ataque militar ao Irã, pressões tarifárias sobre mais de 90 países, imposição aos europeus de aumento de 5% do PIB em gastos militares e tentativa de impor aos aliados uma saída para a guerra na Ucrânia negociada entre Trump e Putin no Alasca.

No entanto, a estratégia de Trump enfrenta contradições profundas. A reindustrialização dos EUA não pode ser alcançada apenas com tarifas protecionistas, típicas de uma política mercantilista do passado. Num cenário marcado pela inteligência artificial, robótica, engenharia

genética e computação quântica, os EUA não têm condições de alcançar a China, que tende a ampliar ainda mais sua vantagem tecnológica e industrial.

No plano interno, Trump acumula inimigos em virtude da política autoritária: atacou universidades, demitiu milhares de trabalhadores, extinguiu órgãos públicos, decretou intervenção em Washington, intensificou a repressão estatal e a ofensiva ideológica racista contra a população negra, latina e imigrante, promove a destruição de direitos reprodutivos e sociais das mulheres, opera o desmonte de diversos direitos trabalhistas, está tentando manipular o mapa eleitoral e apoia abertamente o genocídio do povo palestino.

Mobilizar o povo trabalhador contra as agressões do imperialismo estadunidense

A ofensiva externa contra o Brasil encontra a cumplicidade dos bolsonaristas. Uma quinta coluna infiltrada no parlamento, em governos estaduais e municipais e em setores do aparato institucional age como correia de transmissão dos interesses dos EUA. Tais setores defendem as medidas impostas por

Trump e trabalham abertamente contra os interesses do povo brasileiro.

O governo Lula tem reafirmado a soberania nacional e buscado adotar medidas paliativas, como pacotes de socorro econômico a setores empresariais prejudicados pelo tarifaço de Trump. Mas tem se limitado a reuniões de cúpula e acordos com frações da burguesia, sem enfrentar de maneira decisiva a natureza do ataque imperialista. A resistência ao imperialismo sem mobilização popular é suicídio. A burguesia brasileira, historicamente associada ao capital internacional, em todas as crises decisivas se colocou ao lado do imperialismo contra os interesses do povo trabalhador.

O PCB reafirma a importância e a necessidade da luta em defesa das pautas da classe trabalhadora, como a revogação do arcabouço fiscal e das contrarreformas, a redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução do salário e pelo fim da escala 6x1, defesa das riquezas naturais e do meio ambiente, quebra das patentes farmacêuticas dos EUA, monopólio das terras raras, taxaço das grandes fortunas e redirecionamento dos produtos sancionados para o mercado interno e a merenda escolar.

A luta não pode ficar restrita a gabinetes: ela deve ser travada pela força organizada do povo nas ruas, nas redes sociais, nos locais de trabalho, moradia e estudo. Somente com o povo organizado poderemos resistir à escalada agressiva de Trump e transformar esta crise em trincheira para a retomada da luta popular em favor dos direitos e interesses do povo trabalhador brasileiro. ✊

O Poder Popular, Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo. órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Conselho Editorial: Edmilson Costa, Antônio Lima Jr., Fabio Bezerra, Lucas Silva MTB 0092795, Nathália Mozer, Ricardo Costa, Roberto Arrais (jornalista responsável – 985/DRT – FENAJ).

Diagramação: Mauricio Souza

Colaboradores desta Edição: Célula da Cultura do PCB-RJ, Coordenações Nacionais da Unidade Classista e da UJC, Edmilson Costa, Fran Rebelatto, Fundação Dinarco Reis, Heitor César, Prabhat Patnaik.

Endereço Eletrônico: www.pcb.com.br **Contato:** pcb@pcb.org.br

Sede Nacional do PCB: Rua da Lapa, 180, Gr 801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20.021-180
Telefax.: (21) 2262-0855 e (21) 2509-3843.

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Aberto o X Congresso Nacional da UJC



É com muita alegria que anunciamos aberto o X Congresso Nacional da UJC (CONUJC), já previamente convocado para toda a militância da UJC e seguindo o processo devido, com as Etapas de Base, Estaduais/Distrital e Nacional, em conjunto com o funcionamento de nossa Tribuna de Debates.

Por meio da expressão máxima de nossa democracia interna, estamos construindo o CONUJC, para retomar as discussões e aprofundar nossas sínteses sobre a situação nacional e internacional, o perfil da juventude brasileira e um programa de lutas capaz de oferecer uma alternativa revolucionária para estudantes e jovens trabalhadores.

Esse é o espírito das Teses produzidas pela CN e agora debatidas pela militância, de norte a sul e de leste a oeste do país. Durante o mês de agosto, realizamos as etapas estaduais/distrital em todo o território nacional, comemorando conjuntamente os 98 anos de nossa aguerida UJC. Em novembro, finalizaremos o processo com a Etapa Nacional, que aprovará as Resoluções e elegerá a CN que guiará a UJC pelos próximos 3 anos.

Com o lema “Unidade para resistir, ousadia para avançar!”, avançamos para construir a saída necessária para a juventude brasileira: a

construção de um Brasil socialista. Na luta pela redução da jornada de trabalho, pelo fim do genocídio da juventude negra e pelo fim do arcabouço fiscal, tenhamos a responsabilidade histórica de construir a unidade para enfrentar o fascismo, com a radicalidade necessária para vencê-lo!

A UJC foi, é e sempre será a juventude do PCB! Seguimos firmes nesse caminho pela construção do socialismo em nosso país.

UJC 98 anos: juventude que ousa lutar constrói o Poder Popular!

Neste ano de 2025, no dia 1º de agosto, celebramos 98 anos da União da Juventude Comunista (UJC)! Quase um século de história da juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB), forjada no seio das lutas da classe trabalhadora. Assim como o PCB, a UJC passou por inúmeras perseguições ao longo de sua trajetória, mas nossos algozes não sabiam que a juventude revolucionária carrega em si a faísca da própria história.

Desde sua fundação, a UJC tem desempenhado papel fundamental na construção do movimento comunista brasileiro. Aplicando a linha política do PCB e organizando

a juventude trabalhadora e estudantil, esteve à frente das principais mobilizações: na vanguarda das lutas antifascistas; na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE); nas campanhas “O petróleo é nosso!” e de não participação do Brasil na Guerra da Coreia, além de colaborar decisivamente na criação dos Centros Populares de Cultura (CPCs). A UJC integrou a União Internacional dos Estudantes e foi fundadora da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD), instituída em 1945 para organizar a juventude global contra as forças imperialistas.

Mesmo após os difíceis episódios ocorridos em 2023, quando houve tentativa de usurpação de nossos símbolos e da nossa história, a UJC permaneceu firme em sua reorganização pós-racha. Recentemente, contribuimos de forma decisiva no 60º CONUNE, sob o lema “UNE Volante por uma Universidade Popular”, rememorando as caravanas de 1960 que percorreram o país discutindo Reforma Universitária e fortalecendo a organização popular. Além disso, fomos reeleitos, por unanimidade, para o Conselho Auditor da FMJD, reconhecimento internacional do trabalho coerente que temos desenvolvido.

Hoje, a Juventude do PCB se constrói de norte a sul do Brasil por jovens conscientes de que é imprescindível derrubar a velha ordem, construir o Poder Popular e edificar um Brasil socialista, um futuro sem exploração e sem opressões. ✊

Comissão Executiva Nacional da UJC

Leia na íntegra:



MOVIMENTO POPULAR

Grito dos Excluídos e das Excluídas 2025



Heitor Cesar – membro do Comitê Central do PCB e do Operativo Nacional do Grito dos Excluídos.

Em 2025, o Grito dos Excluídos e Excluídas completa 31 edições. Neste ano, com o lema “Cuidar da Casa Comum e da Democracia é Luta de Todo Dia – A Vida em Primeiro Lugar”, em todo país organizado por diversas entidades, movimentos sociais, populares, de juventudes e sindicais, o Grito vai pautar a defesa do meio ambiente, constantemente ameaçado por um sistema altamente predatório e também a defesa das liberdades democráticas e da democracia como um todo, tão

frágil e ainda inacessível à maior parte da população brasileira, ameaçada pela ofensiva da extrema direita, com suas movimentações e agitações golpistas.

O PCB e seus coletivos, desde as primeiras edições, mobilizam e colaboram com a construção do Grito em todas as capitais e inúmeras cidades em todo o país. Mais uma vez estaremos nas ruas nos somando, tanto nas atividades preparatórias como no ato no dia 7 de setembro.

O Grito é um dos poucos atos com poder de unificação em todo o país e, nessa conjuntura de tantas ameaças e incertezas, deve ser fortalecido em todas as suas

dimensões.

No 7 de setembro deste ano, além de gritarmos por uma verdadeira independência, gritamos em defesa do meio ambiente, na salvaguarda e ampliação das liberdades democráticas, por mais justiça social e nenhum recuo diante das ameaças da extrema direita, inclusive bradando por nenhuma anistia para fascistas.

Construir o Grito é uma tarefa de todos os comunistas, socialistas, democratas e progressistas comprometidos com a construção de um novo Brasil tecido por um novo tipo de poder, o Poder Popular. ✊

Saiba mais:

gritodosexcluidos.com



A VIDA ACIMA DOS LUCROS! CUIDAR DA CASA COMUM!

A vida em primeiro lugar. Cuidar da Casa Comum e da democracia é luta de todo dia. Junto a esta iniciativa ocorre a grande consulta nacional para ouvir o povo sobre trabalho, justiça e dignidade: o Plebiscito Popular contra a escala 6x1, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial e em favor da taxação dos super ricos.

São duas iniciativas populares que, desde a década de 1990, se complementam, se unem e se reforçam reciprocamente. Consultar a população sobre seus direitos básicos e sobre seu destino fundamental é prática popular que jamais pode ser descartada do horizonte democrático; mobilizar todas as forças sociais para levar às ruas, praças e campos os gritos sufocados pela opressão e dominação, pelo

racismo, machismo ou xenofobia, é colocar em marcha as energias que vêm da base e periferias, do solo regado de suor, lágrimas e sangue.

Tanto o Grito quanto o Plebiscito são precedidos e seguidos de outros tipos de manifestações. Marchas e celebrações, seminários e cursos, poemas e canções, encontros e debates, expressões culturais de todo tipo - são atividades que nutrem a força do povo trabalhador. Ambos os movimentos, por outro lado, ganham nova tonalidade, em particular neste momento em que se veem ameaçadas não apenas a vida no planeta e os direitos humanos, mas sobretudo a soberania dos povos. Os ataques imperialistas perpetrados pelos EUA e seus aliados prosseguem, mesmo quando o colonialismo parecia morto e enterrado

há tempos.

Por isso ganha nova luz e novo vigor o lema “Soberania não se negocia”. Grito e Plebiscito entram em campo para participar da luta em defesa da verdadeira independência: livre da exploração capitalista e das opressões impostas pela sociedade burguesa. Luta e festa se unem, seja para comemorar as vitórias populares, seja para combater todo e qualquer jugo que dobre os joelhos e a coluna vertebral de pessoas e povos, nações e culturas.

Construir o Grito é uma tarefa de todos os comunistas, socialistas, democratas e progressistas comprometidos com a construção de um novo Brasil tecido por um novo tipo de poder, o Poder Popular. ✊

UNIDADE CLASSISTA

Reforma Administrativa: a destruição do serviço público e dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras



Foi instalado na Câmara dos Deputados o Grupo de Trabalho da “Reforma Administrativa”. Trata-se de uma movimentação dos partidos do Centrão, com o objetivo aprofundar o desmonte do Estado, a retirada de direitos e o avanço do neoliberalismo, com a privatização dos serviços públicos e a retirada de garantias dos/as trabalhadores/as do setor público.

O GT abriu espaço privilegiado para lobistas do mercado financeiro, entidades patronais e think tanks, que há tempos têm pautado na imprensa e no governo uma suposta ineficiência do serviço público, e que isso se devia aos “privilégios” dos servidores, à falta de mecanismos de avaliações e punições e à própria estabilidade. Em momento algum, aqueles que pregam o desmantelamento do Estado, dos serviços públicos e dos direitos dos servidores deixam evidente que há um processo deliberado de sucateamento na prestação dos serviços, como no caso da saúde pública, da previdência e da educação, com o propósito de torná-los mercadoria.

Esse processo foi acelerado com a aprovação da PEC do Teto de Gastos (PEC 55) e, agora, na sua forma mais rebuscada, chamado de

“arcabouço fiscal”. Isso sem falar no escandaloso sistema da dívida, operado pelo Banco Central, que drena praticamente metade de todo o orçamento da União. A precarização das condições de trabalho no serviço público tem levado a um crescente adoecimento em massa e morte de trabalhadores.

Organizar a luta contra os ataques aos serviços públicos e aos direitos da classe trabalhadora

Dentre os pontos principais que deverão constar no projeto da contrarreforma administrativa, destacam-se:

1 – Estabelecimento de diretrizes para redução de gastos com servidores públicos, visando atender às exigências do mercado financeiro e ao discurso neoliberal, às custas da precarização do serviço público;

2 – Imposição de mecanismos de “avaliação de desempenho” e de uma suposta meritocracia, tanto para avaliação do estágio probatório quanto para as progressões funcionais, criando instrumentos subjetivos que fragilizam a estabilidade e abrem margem para perseguições e assédio moral institucional;

3 – Vinculação dos salários a bonificações e metas de produtividade, quebrando a lógica de carreira e impondo a visão empresarial no serviço público, desconsiderando a natureza específica do trabalho de implementação de políticas públicas, bem como as precárias condições de trabalho na maioria dos setores públicos;

4 – Redução dos salários de entrada nas carreiras públicas, desvalorizando o serviço público, com políticas de arrocho salarial a longo prazo;

5 – Ampliação da contratação de servidores temporários via Regime Jurídico Único (RJU), substituindo os concursos públicos e os vínculos permanentes por contratações precárias, sem garantias de estabilidade, favorecendo o clientelismo e o loteamento político de cargos.

Não se trata, portanto, de um projeto de reforma, mas sim de demolição dos serviços públicos, fechando o ciclo de ataques neoliberais contra os direitos dos trabalhadores, como o arcabouço fiscal, as contrarreformas trabalhista e da previdência.

A Unidade Classista alerta para a necessidade da mobilização urgente dos/as trabalhadores/as no serviço público. É urgente a construção da mais ampla unidade entre os servidores das três esferas – federal, estaduais e municipais – contra este grave ataque. A UC participa ativamente das ações promovidas pelo Fonasefe (Fórum Nacional dos Servidores Federais) no combate firme às contrarreformas. É fundamental a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras neste espaço para fortalecer a organização e a luta.

Coordenação Nacional da Unidade Classista

Leia na íntegra:



ECONOMIA POLÍTICA PARA TRABALHADORES

A DITADURA DAS FINANÇAS E AS PRIVATIZAÇÕES

A ganância da oligarquia financeira brasileira não tem limites: apesar do saque ao fundo público desde o início da década de 90 do século passado, em função das elevadas taxas de juros e da dívida interna, esse segmento parasitário da economia brasileira jamais se contentou com os trilhões de reais transferidos do setor público para a área privada.

Seguindo as recomendações do Consenso de Washington, exigiu das autoridades brasileiras (e conseguiu) privatizar a grande maioria dos setores estratégicos brasileiros, inclusive os monopólios naturais ligados diretamente aos serviços básicos demandados pela população, como água, energia e telecomunicações. Dessa forma expropriou o patrimônio público construído ao longo de décadas por várias gerações a preços subavaliados, em meio a negociatas e corrupção, num processo tão escandaloso que ficou conhecido como privataria tucana (governos FHC).

A justificativa teórica para a expropriação do setor público brasileiro foi profundamente enganosa, pois os agentes neoliberais afirmavam que o Estado brasileiro estava inchado, era mau gestor e ineficiente para administrar seus próprios ativos, o que tornava necessária a redução de seu papel na economia e a transferência das empresas públicas para o setor privado.

Houve uma profunda reconfiguração estrutural do Estado brasileiro, sob a lógica do capital financeiro e das diretrizes neoliberais globais, com a destruição sistemática das bases públicas que sustentaram o processo de industrialização brasileira. O assalto às empresas públicas submeteu o Estado brasileiro à lógica do capital, colocando a esfera pública e os



serviços essenciais sob o domínio do mercado.

Sem as empresas públicas nos setores estratégicos, como energia, saneamento, telecomunicações, logística, petróleo e gás, o Estado perdeu os instrumentos fundamentais para promover políticas públicas, houve redução da arrecadação de dividendos e tributos, desnacionalização da economia, comprometendo a capacidade de realizar investimentos e agravando a dependência financeira em função da dívida interna.

Escândalos de corrupção e negociatas

Um dos elementos mais visíveis desse processo de privatização foram os escândalos de corrupção e negociatas. Visando privatizar a qualquer custo e da maneira mais rápida possível, formaram-se consórcios empresariais alimentados com recursos públicos, especialmente do BNDES, para adquirir as estatais, enquanto consultorias e assessorias foram responsáveis pela avaliação econômica das empresas públicas e

pela indicação de um preço mínimo de suas ações.

Tais empresas de consultoria, aparentemente técnicas e visando dar um ar de legalidade à transação, avaliaram o patrimônio público a preços muito abaixo de seu valor real, consumando uma negociata que gerou enormes vantagens para os compradores. Parcela expressiva das empresas estatais foi comprada com as chamadas moedas podres, que eram títulos desvalorizados no mercado, mas aceitos pelo valor de face na compra das mesmas, enquanto outras foram adquiridas com financiamento do BNDES, num processo de corrupção institucionalizada.

Reconfiguração do Estado e explosão das tarifas

A política de privatizações e concessões desenvolvidas pelos diversos governos brasileiros pode ser considerada um projeto político de longo alcance articulado pelo capital financeiro nacional e internacional, com o objetivo de amearhar o patrimônio público, desmontar as bases materiais do



Estado e enfraquecer sua capacidade de regulamentação, planejamento e proteção social. As sucessivas ondas de privatização consolidaram uma mudança na forma de ação do Estado brasileiro, que deixou de ser indutor do desenvolvimento e protetor do interesse público para se transformar num Estado mínimo para os/as trabalhadores/as e máximo para o grande capital, cuja função estrutural é assegurar o cumprimento dos contratos privados e a livre circulação de capitais, mesmo que isso significa a destruição da capacidade produtiva nacional.

Ao vender a preços subavaliados os setores estratégicos, o Estado abdica de instrumentos fundamentais para intervir na economia e promover políticas públicas. O que deveria ser realizado pelas empresas estatais, com diretrizes a partir do interesse público, passa a ser determinado pela lógica do mercado, fragilizando-se os mecanismos de fiscalização, de forma a que os grandes conglomerados nacionais e internacionais possam operar sem controle efetivo. A perda de capacidade de regulação criou um ambiente fértil para a criação de um novo arcabouço institucional sob o controle do grande capital – as agências reguladoras.

Essas agências, que surgiram com o argumento de que era necessário garantir o equilíbrio entre o interesse público e o

funcionamento eficiente das empresas privatizadas, foram capturadas pelos interesses econômicos daqueles que deveriam ser fiscalizados, jamais tendo se cumprido a missão para a qual supostamente teriam sido criadas, como maior eficiência dos empreendimentos, melhor qualidade e universalização dos serviços e redução das tarifas. Na prática sempre foram instrumentos voltados a avalizar as decisões privadas. As privatizações pioraram muito os serviços na área de energia elétrica, com apagões frequentes e aumento das tarifas. Nas rodovias, os contratos de concessão permitiram às empresas cobrar pedágios altíssimos sem realizar todos os investimentos prometidos.

Crescimento do desemprego e ataques aos direitos sociais

A lógica empresarial predominante passou a ser a redução de custos e a precarização do trabalho, com consequências devastadoras para os/as trabalhadores/as e a população em geral. Um dos principais impactos sociais das privatizações foi o desemprego generalizado, tendo em vista que a passagem das empresas públicas para o controle privado foi acompanhada das chamadas “reestruturações administrativas”, que nada mais são que programas de demissões voluntárias e cortes de pessoal, o

que significou a destruição de milhares de postos de trabalho e perdas de direitos.

Sob a lógica da chamada eficiência empresarial, os novos proprietários passaram a substituir trabalhadores/as concursados/as, qualificados/as e com estabilidade por terceirizados/as e prestadores/as de serviços, com salários reduzidos, sujeitos à competição e a metas agressivas de produtividade, o que tem levado ao adoecimento mental e aumento dos acidentes de trabalho.

Outro dos efeitos nocivos foi o enfraquecimento do movimento sindical em todas as categorias envolvidas com a privatização. Os/as trabalhadores/as das empresas públicas, em função da estabilidade, historicamente sempre construíram sindicatos fortes, articulados nacionalmente e com papel relevante nas lutas sociais e econômicas do país. Mas as demissões dos/as trabalhadores/as com estabilidade e sua substituição por terceirizados minaram a organização coletiva, porque pulverizaram a filiação sindical e reduziram a capacidade de mobilização e de reivindicação da classe.

As privatizações transformaram o Brasil num laboratório de experimentação do capital financeiro, na forma mais predatória, mais uma vez o poder das finanças na periferia do mundo.



MEMÓRIA VIVA - O PCB E A LUTA CONTRA A DITADURA

O trabalho clandestino nas fábricas – PARTE 3

Edmilson Costa – Secretário Geral do PCB



Com as prisões dos dirigentes operários do PCB no interior da Volks e, posteriormente, com o desmantelamento e prisões dos outros militantes durante a Operação Radar, o trabalho dos comunistas foi desbaratado na região do ABC, muito embora em São Caetano, o dirigente do Comitê Central do PCB, José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão de Lula, tenha sido por três vezes eleito para o Sindicato dos Metalúrgicos e em nenhuma das ocasiões conseguiu assumir, por determinação da ditadura. Com essa operação, a polícia política conseguiu desmantelar todo o trabalho que o PCB tinha desenvolvido na região.

Porém, o trabalho de organização do proletariado nas grandes empresas, com a experiência acumulada no ABC, havia se espalhado para outras regiões operárias do país. Uma das últimas experiências exitosas deste trabalho foi a greve dos motoristas e cobradores de ônibus na cidade de São Paulo, realizada em 1974, sob a direção do PCB, tendo à frente o presidente do Sindicato, Alcides Bouno, militante do Partido. O PCB tinha já organização de base na CMTC (Companhia Metropolitana dos Transportes Coletivos, empresa pública municipal) e em empresas privadas, além de dirigentes da Federação dos Transportes. Conforme noticiado pela Voz

Operária de junho de 1974, a greve ocorreu no dia 02 de maio de 1974 e paralisou parcialmente a cidade, atingindo cerca de dois milhões de pessoas.

Greves e manifestações operárias nos anos de chumbo

O movimento foi desencadeado em protesto contra o reajuste salarial determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho, considerado insuficiente pelos trabalhadores. Para a Voz Operária, que noticiou o evento, o movimento obteve uma das maiores repercussões naqueles anos e demonstrou não só a insatisfação com a política salarial da ditadura, comprovando que os trabalhadores e as trabalhadoras já não suportavam mais os reajustes salariais abaixo da inflação, além de indicar a organização do Partido junto aos motoristas e cobradores de ônibus. O jornal informou ainda que a população foi simpática ao movimento, porque possivelmente já não confiava nas promessas das autoridades governamentais.

Um dos aspectos importantes desse movimento grevista foi o fato de que a greve interferiu no processo de trabalho de várias empresas da capital, na interrupção das aulas em colégios e

faculdades e, especialmente, teve o apoio da população que, mesmo sendo privada do transporte para ir ao trabalho ou às aulas, compreendeu as razões dos/as trabalhadores/as e de suas reivindicações, conforme relata Voz Operária: “Dezenas de viaturas policiais foram mobilizadas para impedir o protesto dos passageiros. Pelos cálculos da CMTC só na Zona Leste deixaram de circular 1.282 ônibus. (...) Fato muito significativo foi a reação da população: poucas pessoas ficaram contra os motoristas e cobradores, porque a grande maioria reconheceu que era justo, pois sabem que os rodoviários ganham muito pouco, trabalham várias horas extras por dia em condições duras”.

Diante da greve e da disposição dos/as trabalhadores/as de enfrentar os patrões e a política de arrocho salarial, a ditadura procurou de todas as formas desarticular o movimento, mediante a censura aos jornais, que foram proibidos de noticiar a greve. A polícia política foi à casa daqueles que considerava líderes da greve e prendeu dezenas de motoristas. Diz a Voz Operária: “Desde a noite anterior, agentes do DOPS procuraram os motoristas e cobradores em casa a fim de ameaçá-los e levá-los para o trabalho. Todos os motoristas da polícia e da Prefeitura foram

mobilizados para conduzir os ônibus. A polícia também prendeu dezenas de motoristas que consideravam os cabeças da greve”. Mesmo com toda repressão, essa greve histórica e relativamente anônima para as novas gerações e ausente dos livros oficiais de História, demonstrou que, mesmo nas mais dramáticas condições, a classe trabalhadora tem capacidade de resistir e lutar por seus interesses.

É muito controverso especular sobre conjunturas que poderiam ter acontecido. Os fatos da vida são reais e concretos e, por isso mesmo, qualquer avaliação baseada naquilo que poderia ter acontecido é mesmo mera especulação. Mas não se pode também deixar de avaliar elementos da realidade que ocorreram na mesma conjuntura real e que contribuíram para que determinadas forças políticas e sociais não pudessem ter tido oportunidade de realizar todo o ciclo de atuação política.

Trata-se de uma intervenção brutal de um inimigo muito mais poderoso no processo conjuntural, no caso específico, a ofensiva da ditadura para destruir o PCB, e não um resultado do curso natural dos acontecimentos. Com certeza a ditadura sabia perfeitamente quem era seu inimigo estratégico e, por isso, buscou cortar pela raiz um trabalho de base que vinha sendo construído com paciência e heroísmo por dedicados militantes comunistas. Eles não queriam a emergência de um PCB enraizado na classe operária no processo da chamada abertura lenta, segura e gradual.

A ofensiva da ditadura contra os comunistas do PCB

Os vários documentos da inteligência militar que chegaram ao conhecimento público indicam que ocorreu uma operação de Estado-Maior da ditadura, numa cadeia hierárquica que envolvia desde o



presidente da República, os principais chefes militares e da inteligência, até os esbirros que comandavam e praticavam a violência e os assassinatos nas salas de tortura, com o objetivo de liquidar o PCB.

Nessa ofensiva, a ditadura matou na tortura os principais dirigentes do Comitê Central, várias lideranças estaduais e prendeu grande parte da militância do Partido no Brasil. São raros os e as militantes comunistas daquele período que não foram presos e presas. A operação desarticulou o PCB por alguns anos, uma vez que seus dirigentes estavam mortos, presos ou no exílio quando começaram as movimentações operárias no ABC no início da segunda metade da década de 70.

Tal conjuntura, aliada aos erros do Comitê Central que voltou do exílio, abriu espaço para que

outras forças políticas emergissem na conjuntura, quando os comunistas ainda estavam desarticulados e curando as feridas provocadas pela repressão. Possivelmente a história do movimento operário na região do ABC e no Brasil teria sido outra se a ditadura não tivesse destruído o trabalho dos comunistas junto ao proletariado brasileiro. Mas a experiência realizada no ABC, que a História ainda não tinha contado, pode ser considerada uma das mais heroicas e belas páginas da resistência dos comunistas e da classe operária na luta contra a ditadura brasileira. ✊

Leia o texto na íntegra:



INTERNACIONAL

Mais uma vez sobre minérios e imperialismo

Prabhat Patnaik - economista marxista indiano



A Revolução Industrial, que inaugurou o capitalismo industrial no mundo, ocorreu na Grã-Bretanha com os têxteis de algodão – mas nem a Grã-Bretanha nem outros países do norte da Europa podiam cultivar algodão em bruto. Em suma, o próprio surgimento do capitalismo industrial dependia de as metrópoles obterem um fornecimento constante de **m a t é r i a s - p r i m a s**, independentemente do local onde fossem produzidas.

A composição da produção no capitalismo metropolitano mudou ao longo do tempo, com novos produtos substituindo os antigos; juntamente com essa mudança, a composição das matérias-primas necessárias também mudou. Mas uma parte substancial de tais produtos continua fora do domínio do capitalismo metropolitano, que busca assegurar de qualquer modo o abastecimento constante de tais riquezas e mercadorias.

A natureza crítica da dependência da metrópole das importações de minerais do “exterior” foi recentemente demonstrada pela experiência dos EUA no que diz respeito às **terras raras**.

Contra a ameaça de Trump de elevar as tarifas sobre as

importações da China, o governo chinês anunciou uma moratória temporária sobre a exportação de certos elementos de terras raras para os EUA. Uma vez que a China é o maior produtor mundial de terras raras, representando cerca de 70% da produção mundial total, e detém uma cota ainda maior, cerca de 90% da capacidade mundial de processamento de terras raras, a suspensão das exportações chinesas para os EUA colocou estes últimos numa situação realmente difícil. Os EUA foram forçados a negociar com a China tarifas em troca do reinício dos fornecimentos de terras raras por parte desta última.

Terras raras: baixo valor de troca x alto valor de uso

No entanto, é preciso destacar que o valor total das importações de terras raras dos EUA em 2024 foi de 170 milhões de dólares, representando apenas cerca de 0,004% do total das importações. Certos elementos minerais são, no entanto, de importância crítica em toda uma gama de indústrias, desde a eletrônica à automotiva, passando pelas turbinas eólicas, ímãs de alto desempenho e equipamentos

médicos, de modo que mesmo uma interrupção temporária no seu fornecimento se torna motivo de grande preocupação.

Não é surpreendente que a luta realmente intensa lançada pelos países capitalistas avançados contra os países do Sul global tenha ocorrido quando estes, após sua descolonização política, buscaram alcançar a descolonização econômica através da aquisição do controle sobre seus recursos naturais, incluindo as riquezas minerais. Os golpes de Estado engendrados pelo imperialismo contra Mossadegh no Irã, Arbenz na Guatemala, Allende no Chile e Lumumba no Congo estavam ligados aos planos desses líderes de adquirir o controle sobre os recursos naturais dos seus respectivos países, incluindo, na maioria dos casos, a riqueza mineral.

A imposição de regimes neoliberais no Sul global, sob os quais o controle dos recursos naturais voltou em muitos casos para o capital metropolitano, proporcionou um arranjo imperial mais estável e fiável. Mas com a ordem neoliberal entrando em crise e a tentativa de o imperialismo estadunidense enfrentar a situação impondo a outros países uma política unilateral de “empobrecer o vizinho”, a resistência anti-imperialista pode avançar, tornando mais acirrada a luta pela recuperação do controle sobre os recursos naturais, incluindo minerais. A crise do capitalismo torna assim o imperialismo mais vulnerável e, portanto, ainda mais cruel. 📌

Leia na íntegra:



SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO

Os mártires da Palestina e suas câmeras em mãos

**Fotógrafos mártires nas guerras e conflitos mundiais**

Robert Capa foi o fotógrafo que desembarcou com os soldados aliados no Dia D durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, cobriu a Guerra Civil Espanhola, a Segunda Guerra Sino-japonesa, a Guerra Árabe-israelense, de 1948, e a Primeira Guerra da Indochina. Em 1954, durante a Primeira Guerra da Indochina, Capa pisou em uma mina terrestre e faleceu na hora.

Gera Tardo foi a primeira fotógrafa a morrer em combate. Com ascendência judia, fugiu da Alemanha nazista para Paris, onde conheceu Capa. Participou da cobertura da Guerra Civil Espanhola e, em 1937, morreu durante uma fuga numa área que seria bombardeada.

Dmitri Baltermants, soviético nascido na Polônia, fotógrafo oficial do Kremlin, acompanhou o Exército Vermelho, inclusive na batalha de Stalingrado. Gilles Caron, fotógrafo francês, tirou fotos históricas da Guerra dos Seis Dias, em 1967, no Vietnã e nos confrontos civis de maio de 1968, na França. Desapareceu enquanto fazia a cobertura no Camboja em 1970, e foi dado como morto em 1978.

Retratando condições e a vida de trabalhadores/as

Cabe destacar o olhar de fotógrafas e fotógrafos que registraram as condições de trabalho e de vida das várias populações do mundo, como o profissional de origem indígena Martín Chambi, nascido em Puno, uma das regiões mais pobres do Peru e registrou, em especial, os/as trabalhadores/as das minas e suas condições de trabalho.

Sebastião Salgado nos ajudou a desvelar as contradições do

mundo do trabalho em várias regiões do mundo. Lewis Hine retratou o trabalho infantil de migrantes nos EUA; a fotógrafa estadunidense Dorothea Lange registrou o impacto da Grande Depressão na vida dos/as camponeses/as daquele país. Já a italiana Tina Modotti fotografou as mulheres camponesas do México.

Assassinados pelo estado sionista e genocida de Israel

Yaser Murtaja, fotógrafo e cinematógrafo palestino, foi assassinado pelo exército israelense enquanto cobria uma manifestação na Faixa de Gaza, em 2018. Atuava para a Al Jazeera e buscava documentar os ataques aos direitos humanos na região. Assim como muitos, foi baleado por um sniper israelense enquanto cobria um protesto.

Já são 186 jornalistas e fotógrafos assassinados pelo estado sionista e racista de Israel desde 07 de outubro de 2023, mais do que os 69 de toda a 2ª Guerra Mundial, mais do que os muitos em várias outras guerras do Século XX e do Século XXI. As lentes, nem mesmo as teleobjetivas, que poderiam apresentar uma distância segura, estão sendo suficientes para salvaguardar o direito de existir e dar voz aos povos oprimidos do mundo.

Qual lente vamos usar para intervir em favor de um horizonte sem guerras? Quão perto bastante estaremos da opção pela mudança radical deste estado de coisas?

Por tantos mártires, suas imagens e sonhos: uma vida de luta! ✊

Leia na íntegra:



Por Fran Rebelatto – Fotógrafa, cineasta e jornalista, professora de Cinema na Unila e dirigente do Comitê Central do PCB

“Se suas fotos não são boas, você não está perto o bastante” (Robert Capa)

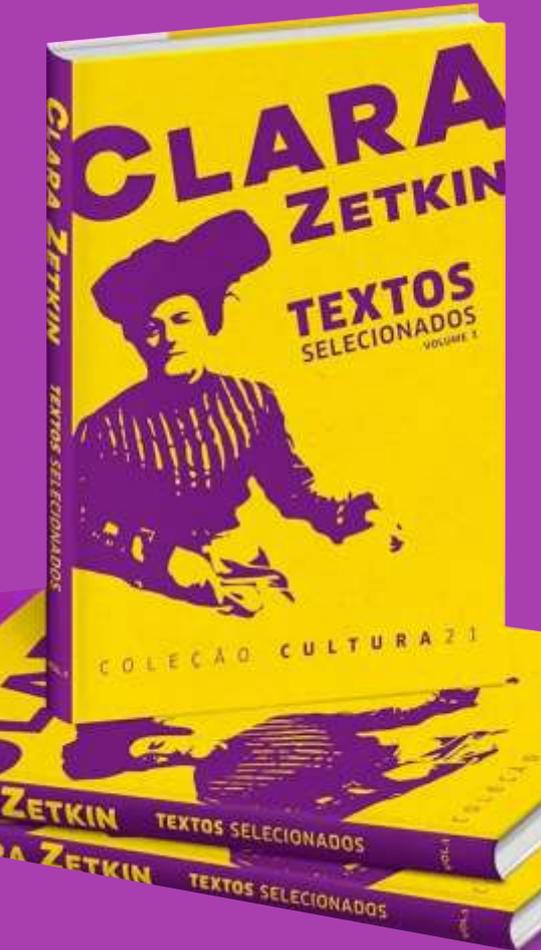
Quantos mártires com câmeras em mãos serão necessários mais?

Recentemente na Palestina, se tornaram mártires o ativista Odeh Hadalin, que participou do documentário **Sem Chão** (No Other Land), vencedor do Oscar, assassinado friamente por um colono israelense. Ele registrou com uma câmera em mãos seu próprio assassinato. Logo se tornou mártir a equipe do grupo Al Jazeera, dentre eles o jovem e reconhecido jornalista Anas al Sharif, de 28 anos, que permaneceu nesses quase dois anos 'perto o bastante' da realidade do seu povo.

Os cruéis assassinatos, em meio à fome como arma de guerra, à matança deliberada de civis em busca de comida, os bombardeios diários e uma cifra incontável de mártires (dentre eles crianças e mulheres) nos fazem pensar: quem vai sobreviver, quando nem uma câmera mais é capaz de proteger a dignidade da existência de um povo?

FUNDAÇÃO DINARCO REIS

CLARA ZETKIN: TEXTOS SELECIONADOS (1)



textos são inéditos em língua portuguesa.

Descrição: Fruto da luta de diversos movimentos na Europa e nos Estados Unidos e de debates no II Congresso Internacional das Mulheres, em 1910, quando se pensa na criação do Dia Internacional das Mulheres um nome se destaca: Clara Zetkin. A comunista alemã foi uma das proponentes do 8 de março como data para a realização de manifestações combativas pelos direitos das mulheres e pelo socialismo. Entretanto, ainda que fundamental em sua biografia, esse foi apenas um momento de uma vida decidada a diversas lutas, e é isso que este livro pretende começar a apresentar.

Professora, jornalista e marxista, Zetkin foi, ao lado de nomes como Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin e Alexandra Kollontaj, uma das figuras mais emblemáticas das lutas socialistas no início do século XX. Além de peçacheve para a organização do movimento feminista, sempre firme em seus posicionamentos e contra o dogmatismo, ela ofereceu enormes contribuições no combate à guerra e na análise do surgimento do fascismo na Europa.

Do incontornável "Pela libertação das mulheres", discurso proferido no Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1889, ao seminal "Da ditadura à democracia", texto

escrito em 1919, mas publicado apenas em 1926 pela Socialist Labour Press, Clara Zetkin: textos selecionados (volume 1) reúne mais de trinta anos de produção textual e discursos que servem como um retrato das lutas travadas pelos comunistas nesse recorte histórico e como norte para os embates vindouros.

"Agitação entre as mulheres é difícil, é trabalhoso, requer grande comprometimento e grandes sacrifícios, mas esses sacrifícios serão recompensados e devem ser feitos. Porque o proletariado só pode ser livre se lutar unido, sem distinção de nacionalidade, sem distinção de profissão; por isso, só pode ser livre se estiver unido sem distinção de sexo. A inclusão da grande massa de trabalhadoras na luta pela libertação do proletariado é uma das condições da vitória do socialismo, da construção de uma sociedade socialista." Clara Zetkin

O livro está disponível para compra na página da Vitrine Comunista:



Organização e Produção Executiva: Célula de Cultura do Rio de Janeiro (PCB) e Pedro Gabriel Gonçalves de Lima.

A **Célula de Cultura do PCB/RJ** tem o prazer de anunciar o lançamento do livro **Clara Zetkin - Textos selecionados. [Volume 1]**. A obra, editada pela **Fundação Dinarco Reis**, reúne textos da eminente comunista sobre organização política, processo revolucionário, feminismo e cultura. Alguns desses

Contribua com a produção de conteúdo revolucionário e a divulgação do marxismo-leninismo no Brasil!



apoia.se/fundacaodinarcoreis



Vitrine Comunista:



fdinarcoreis.org.br



Fundação Dinarco Reis:

ACESSE AS MÍDIAS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

- youtube.com/@JornalOPoderPopular
- x.com/OPoderPopular
- instagram.com/jornalopoderpopular
- facebook.com/jornalopoderpopular
- t.me/canalpcbnoticias
- opoderpopular.com.br